

# Interlocuções freireanas na mira sociolaboral dos museus: transformações e perspectivas sobre a ética do museólogo

Lucileide Andrade de Lima do Nascimento<sup>1</sup> Rosa da Penha Ferreira da Costa<sup>2</sup>  
Marcelo Calderari Miguel<sup>3</sup>

*Freire's dialogues in the socio-labor perspective of museums:  
transformations and perspectives on the ethics of the museologist*

## 1 Introdução

Esperamos concretizar este desejo através do conhecimento cada vez mais real das necessidades concretas do país, da definição de nosso projeto de desenvolvimento e do próprio trabalho realizado com as instituições escolares, através de discussões nos órgãos coletivos. Discussões não só quanto a aspectos técnicos, mas também quanto às próprias necessidades da vida (Freire, 1978, p. 49)

O Código de Ética é a pedra angular para o International Council of Museums (ICOM), essa instituição firma o compromisso com as práticas éticas em museus, com a luta contra o tráfico ilícito, o apoio à restituição de bens culturais às comunidades de procedência, preferencialmente pelo meio da mediação e pela adoção de um conceito amplo de Patrimônio Universal, que inclui, em especial, o respeito pela diversidade cultural das comunidades ligadas a este patrimônio (ICOM, 2007, p.1).

A expressão ética e responsabilidade social carregam força e impacto – um código de Ética Profissional é a expressão da forma pela qual os profissionais devem pautar sua atuação, indicando normas de conduta, regulando as relações com a classe, com os poderes públicos, a sociedade e o público em particular (Brasil, 2021). Ainda sobre o estado ético, entende-se no contexto brasileiro peregrina a questão da responsabilidade de se preservar o patrimônio em uma cultura nacional altamente diversa está sendo compartilhada por diversos interagentes, e o trabalho em museus, educativo, inovador e abrangente, se amplia ligeiramente em virtude da

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília – UnB, Brasil. Professora Adjunta do Departamento de Biblioteconomia e do Programa de Pós-Graduação Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo – PPGCI/UFES, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0001-8176-5301> | E-mail: [lucileide\\_nascimento@ufes.br](mailto:lucileide_nascimento@ufes.br)

<sup>2</sup> Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Brasil. Docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação PPGCI da UFES, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-5379-1323> | E-mail: [rosa\\_costa@ufes.br](mailto:rosa_costa@ufes.br)

<sup>3</sup> Mestrando em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Brasil. Pesquisador e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Vila IHGVV– Casa da Memória, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-7876-9392> | E-mail: [localderari@yahoo.com.br](mailto:localderari@yahoo.com.br)

Política Nacional de Educação Museal (PNEM), da mediação cultural e das práticas culturais, em especial a ação cultural, fabricação cultural e animação cultural.

Rasche (2005), por exemplo, aponta que deontologia aparece institucionalizada em códigos de conduta e princípios e, amiúde, nos códigos de ética profissional que são proclamados e votados, lavrados por lei, no âmbito dos conselhos ou colégios. Em suma, a ética profissional dispor-se garantir a preservação das profissões e a subsistência dos profissionais. Portanto, ao se questionar o vocábulo ética profissional se elege um tipo especial de Ética – nesse caso, a atuação laboral, instituindo valores que estão sendo compartilhados pelos diversos profissionais e os demais membros da sociedade, lanceando um valor universal a ética (Rasche, 2005).

Destarte, sem a pretensão de esgotar o tema e, sem a preocupação de ser conclusivo, Araújo (2018) alerta que o impacto da abordagem intercultural no campo da Ciência da Informação (CI) aprofunda as reflexões trazidas por Gernot Wersig (anos 1970), em torno da ideia de um compromisso ético. Grosso modo, pontua-se que a prática ética não é algo universal, existente independente das épocas, dos lugares e das experiências concretas.

## **2 Ética e comprometimento, caminhos da formação profissional**

Diante o arquitetar de provocativos ensaios, Paulo Freire instiga-nos com construtos textuais de perguntas e mais perguntas, que em clara forma, são respondidas no decorrer de sua obra. As obras ‘Educação como prática da liberdade’ (de 1963) e ‘Educação e mudança’ (de 1979) são publicações clássicas e uma indispensável referência ao campo da educação, mas ainda iluminador para demais áreas de conhecimento e campos de saber; as subseções a seguir resgatam alguns desses trechos para o âmbito da CI.

### **2.1 Quem pode se comprometer?**

A capacidade de agir e refletir, buscando ser (não apenas estar) no e com o mundo, move as possibilidades de reflexão dos sujeitos, que passam a ser interagente e passam a ter consciência de si e, por um olhar crítico ante o planeta – uma consciência da realidade concreta (eis a sociedade da informação onde o uso, a criação, a distribuição, a manipulação e a consistência da informação é uma atividade expressiva). O olhar crítico diante do mundo e do vindouro, reporta Stránský (2005), não acolhe uma postura de admiração, mas calcula-se formas de ‘ação’ para transformá-lo.

Morin (2007, p. 78) argumenta que “estamos comprometidos, na escala da humanidade planetária, na obra essencial da vida, que é resistir à morte [...] A educação do futuro deverá ensinar a ética da compreensão planetária”. Ademais, verifica-se que o Código de Ética do Conselho Internacional de Museus (ICOM, 2009) aponta que a missão de um museu é a de adquirir, preservar e valorizar suas coleções com o objetivo de contribuir para a salvaguarda do patrimônio natural, cultural e científico.

No tocante ao eixo da ética informacional, é notório que a profissão de Museólogo (Brasil, 1984) têm a consciência da importância do seu campo laboral e de todos os parâmetros éticos que constitui o desempenho das atividades de Museólogo no preceitos deontológicos. Embora a bibliografia na área da Museologia, constata Costa (2018), direciona seus estudos principalmente a frentes como objetos/coleções/acervos, exposição museológica e a questão da preservação e conservação do patrimônio cultural de Ciência e Tecnologia (C&T).

Costa (2018) reporta que as investigações científicas perpassam por práticas museológicas e museais nos acervos (e vice-versa), além disso, há a busca perene pela aprendizagem e a fruição de experiência no contexto museológico – isto é construto e vetor de inclusão e de responsabilidade social, da avaliação da atuação e da performance dos museus (uma relação integrada dos museus e do patrimônio) e, por fim, as questões éticas dos museus.

Na perspectiva dessa conscientização das transformações hodiernas, verificar-se que a área museal também se comprometer com chamados em prol da Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) – enfocando a legislação laboral e a inquietação constante das transformações e desenvolvimento da profissão do museólogo brasileiro (Brasil, 1984). Assim, situando a defesa de um paradigma inovador para a Museologia, Mello, Luz, Montijano e Andrade (2015, p.186) argumentam:

Mais do que classificar, catalogar e expor, o trabalho do museólogo enquanto um pesquisador que investiga e é capaz de compreender o produto da coleta de dados que realiza confere um diferencial em sua formação e aperfeiçoamento profissional. Mais do que um técnico, ao desenvolver um olhar atento sobre a realidade e a sociedade que o cerca, assume para si a participação na construção e divulgação do conhecimento.

Esse percurso, conduz a prática social dessa profissão, e fomenta o fluxo de repensar e resguardar, “de adaptar ou criar uma outra instituição que albergue os condicionamentos dos novos objetos, dos novos paradigmas, uma vez que a instituição Museu não segue modas, nem tendências, e assume um compromisso importante na preservação da memória” (Rodrigues, 2021, p.87). Logo, se reconhece que é inegável a importância do Código de Ética do Museólogo para o desempenho de suas atividades diárias, e espera-se que o museólogo seja comprometido com a sociedade, com a instituição que atua, com os valores do campo profissional, priorizando o acesso à informação, a disponibilização e à salvaguarda.

## **2.2 Em Quais Âmbitos Se Transformar?**

A filosofia de Freire “insiste na impossibilidade de que o ser humano fique fora da ética, longe sequer dela” (como citado em Polli, 2013, p.38). Prontamente, diante da afirmativa interroga-se: quais dimensões e perspectivas políticas sociais e educacionais carrega a atuação do museólogo? Quais relações há entre o museólogo e a sua missão, diante o papel humanizador que ele exerce? Da mesma forma, o trabalho em instituições que, com a museus, apresenta uma narrativa viva, uma construção da realidade, mediada por diversas atividade de responsabilidade social, visando relacioná-las com suas atividades, bem como aplicabilidade nas organizações.

O Legado freireano, aponta o estudo de Silva, Garcia, Silva e Araujo (2021, p. 293) reporta que as atribuições profissionais se evidenciam «[...] a partir das transformações sociais, em especial a partir da revolução impulsionada pelas TICs, que conforme ocorrem, constroem desafios». Dessa forma, os aspectos tangíveis e intangível do fazer a Museologia se mostra no assumir-se como sujeito do conhecimento, na gestão da política infocultural, na territorialidade da memória (individual, coletiva, social) e no reconhecer que os todos interagentes do espaço também são protagonistas. Transformar é viável e necessário, ergue uma via humanizadora para a concepção social e educacional dos profissionais e das instituições, e assim, pontua-se que:

Desde a criação dos museus e surgimento da atividade turística, com a evolução de seus estudos enquanto áreas formativas e científicas, as relações entre os museus e o Turismo vêm contribuindo para o reconhecimento mútuo entre as culturas e para o respeito à diversidade cultural, promovendo experiências de aprendizagem, conhecimento e lazer. Da sua parte, o museu vem possibilitando a interação entre o patrimônio cultural, através do acesso e uso dos bens e equipamentos culturais ou espaços de memória [...]. Mais recentemente, os estudos de público de museus referentes ao público turista têm esbarrado em novas fronteiras e paradigmas, diante da Era da Informação, que trouxe consigo a cibercultura (Costa, 2018, p. 85-86).

Ademais, busca-se na ética e deontologia profissional a maior participação dos museólogos para incluir as transformações sócio-histórico-cultural da atividade, apontando que a inclusão de práticas relacionadas à responsabilidade social se assenta no Dialogismo (uma forma de agir) e na Perspectiva Dialético-Dialógica (maneira de saber, jeito de ser). De tal modo, houve um chamado para os profissionais do país analisar e discutir a proposta novo 'código de ética profissional do museólogo' – incluindo a defesa e pela conquista de novos direitos, a globalização e os desafios do novo estado regulador.

Portanto, entende-se que o exercício e o papel social do museólogo se constrói e se transforma na realidade [assinada pelo inacabamento]; e, dessa ambiência, o profissional não executa meras técnicas de investigação e diplomacia, mas desenvolve apurada e cuidadosa habilidade de ver o mundo [e sentir-se com o mundo]. Ademais, a obra de Freire (1967, 2018) mostra que essa relação homem-realidade ou homem-mundo, alude a transformação de mundo, cujo produto, por sua vez, condiciona ambas, ação e reflexão – e, isto é intrínseco à esfera social e às suas demandas.

A Resolução nº 063 do Conselho Federal de Museologia (Cofem) aprovou o novo 'Código de Ética do Profissional Museólogo' considerando os rezingues da Assembleia Geral – Plenária 60ª AG, de fevereiro de 2020. Na ocasião foi indicado a necessidade de se proceder à revisão do Código de Ética do Museólogo (de 1992), considerando que o código de ética e disciplina da profissão precisava ser revisto, dado a defasagem em virtude das atualizações havidas no cenário museal nos últimos 30 anos (Brasil, 2021, p.1).

Assim, a responsabilidade ética e social do museólogo envolve um lastro de evidências sobre a valorização na esfera profissional quanto aos aspectos e as práticas laborais direcionadas ao acesso à informação, trazendo diversas óticas para se investigar e informar – visando a preservação e a comunicação dos bens culturais materiais (como pinturas, esculturas ou construções) e imateriais (como tradições ou folclore) espalhados pelo planeta.

### **2.3 O Ato De Humanizar E Solidarizar**

Os museus, afirma Scheiner (2012), são permeáveis a todas as formas de expressão humana. Logo é possível questionar: Como flui a pauta de humanização e solidariedade? Como é possível usar formas de mediação informacional em torno de narrativas de empoderamento social? Afinal, a institucionalização brasileira do campo museal e patrimonial foi uma realização - e também o recomeço da agenda - do associativismo instituído por pelo Movimento Internacional para uma Nova Museologia (Minom), configurado-se novos aspectos e sentidos

para o museu (objeto), a museologia (saber, a compreensão designada musealia) e o museólogo (especialista, a Lei 7.287/1984).

Não por acaso, com as obras de Deloche (2001), Scheiner (2010) e Silva & Orrico (2015) entende-se que a Museologia (se constitui e é constituída por uma pluralidade de perspectivas socioculturais de compreensão dos documentos, dos museus e da informação museal) se aproxima da Ciência da Informação (CI) e apresenta-se como uma disciplina em busca, primeiramente, da sua identidade e autonomia como ciência social aplicada e, secundariamente, como uma disciplina ciente da necessidade e da capacidade de estabelecer diálogos com outras áreas do conhecimento. Deloche (2001) destaca que enquanto ética, a Museologia é um ramo da filosofia encarregado de definir valores e uma conduta preferível no quadro que constitui o campo museal, e, assim:

[...] a museologia é uma filosofia do museal com duas funções: serve de metateoria à ciência documentária sensível e é também uma ética reguladora de toda a instituição encarregada de gerir esta função documentária intuitiva concreta [...]. Esta concepção da museologia é deliberadamente militante e engajada, ela denuncia a mais frequente confusão entre o museu e a museologia: é ao próprio museu que retorna a tarefa de apresentação dos expostos, o papel de instrumento científico e a interdisciplinaridade, mas igualmente o tratamento das informações; em troca, é à museologia que pertence a escolha das finalidades. Daí decorre naturalmente uma missão, e o termo missão é indiscutivelmente mais próximo do que se espera de uma ética que de um projeto científico (Deloche, 2001, p. 381).

Vale ressaltar que, o engajamento é uma forma de solidariedade às dores universais e a visibilidade do museólogo está intrinsecamente vinculada à sua função social. Nessa via, entende-se que é “no domínio da decisão, da avaliação, da liberdade, da ruptura, da opção, que se instaura a necessidade da Ética e se impõe a responsabilidade”, discorre Freire (1996, p.20).

O comportamento ético está, ou deveria estar, inserido em todas as atividades desenvolvidas, sejam elas de cunho prático ou teórico, sejam elas técnicas, políticas ou sociais. Durante a prática profissional é importante perguntar-se a quem suas tomadas de decisão irão favorecer, ou ainda se podem ser prejudiciais a alguém. É de suma importância questionar-se sobre os impactos de sua atuação, a ética está na prática, na ação. Muito além da teoria, a ética é uma ação individual e coletiva em prol de um todo (Paula, 2020, p.127).

Da mesma forma, ao mesmo tempo que a realidade atual caracteriza-se pela presença de novos espaços de construção de fortes sujeitos e identidades sociais, expressando assim as relações entre marketing digital, formação do museólogo e seu mercado de trabalho (Vanni, 2018). Então, cabe ao museólogo perguntar-se: a solidariedade com quem? Num sentido macro [a comunidade], referindo-se a uma museus aberta à população, uma instituição social que deseja interceder múltiplas alternativas de protagonismo social para formar sujeitos conscientes das suas responsabilidades e devidamente comprometidos – comprometidos na sua relação com o outro, com responsabilidade e transparência na prática.

#### **2.4 Transformar O Quê? E Quem?**

Na era digital o poder da comunicação, reporta Kunsch (2021), vislumbrar caminhos e ‘bonitezas’ para tornar os meandros planetários mais equitativos, em termos de direitos humanos, justiça, democracia e inclusão social diante a diversidade dos múltiplos atores e agentes envolvidos com os diferentes canais de comunicação da sociedade contemporânea.

A práxis do museólogo a partir legado freireano, consiste na ação consciente para transformar aquilo que está em aquilo que deve ser. Embora se possa assumir que as museus possuam, em sua maioria, limitações das mais diversas naturezas (a citar as de natureza técnica, econômica e estrutural), dentro de uma concepção ética freiriana, tais problemas não devem se configurar como obstáculos para uma ação transformadora por parte dos profissionais, representada na ruptura entre a realidade apresentada e aquilo que se almeja para esta realidade, tendo em vista os princípios firmados nos códigos de ética e no legado freireano.

Cabe frisar que, ética não institui exclusivamente o cumprimento de determinados procedimentos profissionais, institucionais ou tecnológicos; e, com um holístico olhar, e, Gadotti (2007) e Araújo (2018) alerta que ética envolve componentes de tensionamento entre os procedimentos e as expectativas, entre os valores (dos diferentes povos e saberes) e as suas mentalidades – isto é, interação e eco no tênue fio da tecnologia e da economia política da informação. Essa postura reflexiva exige um aspecto indispensável ao museólogo - que pelo exercício ético, atua, com a elevação do seu nível de consciência, para melhor compreender e levar a compreensão social do museólogo, como protagonista e responsável moral por seus fazeres e lutas.

A criticidade em Freire mostra a possibilidade do homem humanizar-se, e, considera-se que Freire supõe a esperança e o sonho como essenciais para fazer da existência humana algo melhor. Entende-se então que:

Paulo Freire nos falava em seu último livro de uma “ética do gênero humano”, apontando para o sonho possível de uma humanidade unida em torno de um objetivo comum da justiça, da paz e da prosperidade para todos. Esse é o sonho. [...] O poder da obra de Paulo Freire [...] [é] sonhar um mundo ‘mais humano, menos feio e mais justo’. Ele foi uma espécie de guardião da utopia. Esse é o legado que ele nos deixou. Esse legado é, acima de tudo, um legado de esperança [...]. Dar continuidade a Freire [...] [é] ‘reinventá-lo’, como ele mesmo dizia (Gadotti, 2007, p. 90).

Destarte, magnitude da obra freiriana proclama “o compromisso com o mundo, que deve ser humanizado para a humanização dos homens, responsabilidade com estes, com a história” (Freire, 2018, p. 22). Nessa via, Crippa (2013), torna mais claro a esfera responsabilidade, aponta que a civilização da informação e da comunicação escolhe, como referência para a sua memória, o museu. No vivenciar de fortes transformações, observa-se que a função ‘clássica’ do museu era de preservar a memória, recebendo os visitantes com narrativas heroicas de grandes feitos (nacional-desenvolvimentista), todavia, a narrativa atual se conecta mais ao território que se insere, aproxima o diálogo museal a implícitas de fronteira da dimensão antropológica que existe no relato de vida dos indivíduos (Crippa, 2013).

### **3 Materiais e métodos**

Este trabalho trata de uma revisão bibliográfica de caráter exploratório-descritivo, utilizando-se o repositório do Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasisbr) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), o repositório Eprints in Library and Information Science (E-LIS), a base Library and Information Science Abstracts (LISA) e a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), e os seguintes descritores para a pesquisa dos trabalhos científicos: ética e museólogo, inerentes as contribuições do legado freireano para a formação em museologia. A seleção das quatro plataformas e das publicações situam as principais indicações e caminhos de leituras sugerida pela Comunidade Acadêmica do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes, Brasil) durante o mês abril de 2022. O estudo contribuiu, ainda, regastando itens documentais para estruturar um estudo de revisão literária – com itens documentais situados entre os anos 1967 a 2021 pertinentes à temática.

Como critério de inclusão, acolhe-se artigos e sites científicos (levantamento bibliográfico) que apresentaram o assunto de acordo com os objetivos da investigação; verificou-se livros com o conteúdo e debate da ética para museólogo; observou os artigos publicados preferencialmente nos anos finais da segunda década do século XXI. Os dados foram coletados no final do primeiro quadrimestre de 2022 e, as indicações de base de dados versando a ‘Ética em Museus’ foi acompanhada de análise situacional e da leitura reflexiva – buscando situar os fenômenos (descritivo e bibliográfico) do estudo para assim expor as interpretações da pesquisa.

#### **4 Resultados: intercâmbios e valores éticos na abordagem Freireana**

Os dizeres freireanos sobre a ‘questão ética’ planificam-se no compromisso humanístico que estar no fundamentar a ideia de ciência sobre as utopias, ou seja, a configuração de informações que assumam a utopia e a comunicação do objeto museal, e, isto, envolve o profissional, exigindo-lhe um vigoroso papel ativo e a constante inquietação e aperfeiçoamento. Nessa via, Gomes (2021) relata que a efetividade da mediação da informação envolve cinco dimensões - a dialógica, a estética, a formativa, a ética e a política - construtos que traz luz à sua forma de compreender a sociedade, a apropriação da informação de forma consciente e a ampliação da construção dialética, contingente e contestável, tanto do museólogo mediador como quanto dos demais sujeitos da instituição.

Diante do exposto, a ética e a moral são preceitos imprescindíveis a atuação informacional e pedagógica de qualquer profissional, inclusive no contorno que ergue a nova, social e estética museologia em tempos de mundialização. Gomes (2021) frisa que a ação mediadora restringe a violação da ética no trabalho informacional e na afirmação de interações e de conduta ético-assistencial dos museólogos. Ademais, o alargamento do protagonismo social no século XXI, versa um humanizador trajeto, e, que no Brasil envolve:

No plano federal, a última década apresentou mudanças significativas: em 2003 foi instituída a Política Nacional de Museus e, em 2009, foram criados o Estatuto dos Museus e o Ibram [que coordena a Política Nacional de Museus, corresponde a um antigo anseio da comunidade museológica] [...] A regulamentação da museologia, por meio de leis e instituições próprias, também contribuiu para seu desenvolvimento (Oliveira, 2012, p. 64-65).

Todavia, os pressupostos freireanos da ética vão ao encontro da responsabilidade social e da cidadania. Compreende-se, assim, que as especificidades éticas das pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais, definidas como práxis político-pedagógica, remetendo à concepção freiriana do ser humano como um ser da práxis, isto é, um ser de relações num mundo de relações. Alinha-se, nessa perspectiva, aos preceitos dos museus e no marco de atuação coletiva dos profissionais, diante os princípios éticos dos ecomuseu, conforme a sociomuseologia, que afirma o encontro entre o objeto – o material – e o imaterial. Deste modo, a circulação da nova museologia se ligar a várias coisas, isto é:

[...] [o movimento da nova museologia] Pode-se aplicar a muitas coisas. Há dois princípios. O princípio de Santiago (Chile, 1972, do qual resultou a Declaração de Santiago) – a função social do museu, que implica participação. E o segundo princípio, que é um princípio clássico do movimento local de todos os modelos desenvolvimentistas, ou seja, a ideia de que cada pessoa tem uma competência, tem um saber, não é só o patrimônio imaterial! Cada um de nós tem um saber de vida e que é necessário utilizar senão somos vítimas do saber dos outros. Trata-se de um princípio de Paulo Freire. Paulo Freire dizia – cada um de nós sabe muito e se valorizarmos o saber de cada pessoa temos uma riqueza enorme de saberes que podem ser utilizados para o desenvolvimento local, para a política e para tudo, inclusive para a gestão do patrimônio, para a criação de instituições educativas e instituições do tipo museu. Por um lado, temos um princípio político, que é o princípio da função social e, por outro lado, o princípio empírico, que é a utilização dos saberes das pessoas (Varine, 2015, p.155).

O legado de Freire alarga a pedagogia a favor da socialização da informação numa perspectiva inovadora, onde se dá primazia aos conhecimentos considerados válidos para o grupo (Silva & Freire, 2013). Ademais, a herança de Paulo Freire (em respeito ao processo pedagógico dos ecomuseu) tem se traduzido em experiências inovadoras da disseminação do conhecimento científico e cultural. Nessa via, as ideias e o manifesto (a museologia da libertação) do francês Hugues de Varine (ex-diretor do ICOM), remete similar tónus aos princípios que tecem a Nova Museologia, isto é:

1. O objeto está a serviço do homem e não o inverso;
2. o tempo e o espaço não se fecham entre muros e paredes;
3. a arte não é a única expressão cultural do homem;
4. O profissional do museu é um ser social, um ator de mudança, um servidor da comunidade;
5. O visitante não é um consumidor dócil, mas um criador que pode e deve participar da construção do futuro;
6. A pesquisa, a conservação, a apresentação, a animação são funções, grupos de técnicas, mas em algum caso missões do museu;
7. porque o museu, para nós, é ou deve ser um dos instrumentos mais perfeitos que a sociedade se deu para preparar e acompanhar sua própria transformação (Varrine, 1985 como citado em Gonçalves, 2005, p.262).

Complementarmente, entende-se que a atualidade carrega diversas reflexões possíveis e reivindicações vastas em prol da ética na pesquisa (que não se restringe à relação entre pesquisador e os sujeitos ou os participantes da pesquisa) e, evidencia, uma construção ética com uma normativa, prescritiva, que determina o que deve ser realidade. Por conseguinte, acolhendo a empréstimo as idéias de Freire (1967; 2018), não cabe reduzir o homem a um simples objeto das técnicas, posto que a educação é uma prática libertadora na perspectiva humanista.

Constata-se, que, ainda, a “ética”, sob o ponto de vista de Freire, configura-se em uma visão do homem não como “quase-coisa”, como “objeto” ou, ainda, como “máquina” de engrenagem do sistema social, fundado na lógica histórico-social das coisas. Em sua perspectiva, o homem não vale pelo que tem, mas pelo que é, ou seja, o ser humano (Carlos & Silva, 2021). A força desse legado freireano às luzes das representações sociais, invoca o ‘projeto histórico – de assumir o dever de persistir – edificando um exordial projeto nacional em torno do compromisso social.

Diante da breve análise realizada nos documentos disponíveis no site do IBRAM, nota-se a reverberação do pensamento de Hugues de Varine, em um processo de institucionalização da sua teoria. Onde temos citações diretas, e indicações de leitura que acabam agenciando a formulação da imortalização de seu legado, mediante um aparelho público de gestão e fomento das políticas museais brasileiras. Tamanho agenciamento se dá com a dispersão de dois momentos específicos da vida de Varine enquanto teórico. O primeiro momento ligado a uma posição hierárquica de gestão do ICOM, e a sua relação direta com Paulo Freire no planejamento da Mesa Redonda de Santiago do Chile. E em um segundo momento, temos a dispersão de conceitos e terminologias voltadas principalmente ao livro Raízes do Futuro, numa construção da ideia de “desenvolvimento local”, “inventário participativo” e “comunidade” (Santos, 2019, p.134).

Dessa forma, entende-se que a dimensão ética é essencial para que os demais interagentes percebam que o acesso à informação não é mera ação de benevolência ou assistencialismo, mas envolve o princípio fundamental da ética e do convívio democrático no Estado de Direito. À guisa de conclusão com fundamento na ética, verifica-se que a tríade Museologia-Educação-Informação envolve também a capacidade de reflexão e ponderação e, ainda arrasta o exercício da autocrítica, agenciando o desenvolvimento de valores humanizadores e o desenvolvimento da performance das organizações.

### **5 Reflexões finais**

Ao nascer, queria ser morada ou templo das musas, local de inspiração divina / No estímulo à criatividade dos artistas e intelectuais, viu-se na museuconomia / Autêntica e revolucionária, a museal prática – reforça os domínios das três marias / A corrente museológica vestiu a carranca que lhe deram e o fausto a enquadra / Ante a infoera dita: preservação, conservação e restauração jamais jazem mudas – salvaguarda que ‘documento’ também é um patrimônio... E documento é TUDO! (MIGUEL, 2021, p. 265).

No contexto da lealdade e do comprometimento, o tema da ética se perpetua e, persistir em torno de raízes deontológicas internacionais e dentro do atendimento humanizado (ato de

socializar), provocando a da memória afetiva dos interagentes. O contexto da ética permite como a cultura continua e tem sido afetada pela crises nacionais. Portanto, há em Paulo Freire o desenrolar de uma filosofia/ pedagogia a favor da socialização e, pelos fragmentos freireanos pode se dizer que a formação humanista possibilita pensar a ética (no contexto museal) em torno do entrosamento entre Cuidado e Cidadania, situando a relevância da responsabilidade social, da criticidade do museólogo no desenvolvimento de projetos de pesquisa, extensão, aspectos mercadológicos, desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e de estímulo à inovação.

Ademais, a proliferação de experiências no contexto museal no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib) remete a desafios da ética em torno dos currículos/ensino e práticas docentes na Museologia, da conduta profissional diante da Lei de Acesso à Informação (Brasil, 2011) envolvendo as competências para a busca e uso da informação em prol da defesa dos direitos humanos, das memórias individuais e da memória coletiva (identidade social) e histórica. Portanto, pode-se afirmar que a capacidade de resposta (responsiveness) e a confiabilidade (reliability) arraiga virtudes éticas imprescindível a qualidade dos produtos e serviços no âmbito do campo museal. Hodiernamente, as perspectivas éticas da ciência e a tecnologia abarcam muito mais que os anseios de se Combate o Furto e o Tráfico de Bens Culturais, abrange amplos campos do saber científico e também a vigilância frente a dinâmica do mercado ilegal de obras de arte (que reúne informalidade e ilegalidade da mercadoria).

Todavia, a questão ética explanada á luz de Freire mostra que boa parte da literatura dedica-se a responsabilidade ética e social do museólogo, necessariamente cruza as fronteiras do país de origem. No Brasil, a lei de acesso à informação (LAI - Lei nº 12.527) fomenta nova questões ética (museus virtuais, visitas virtuais imersivas), tendo em vista que cabe aos órgãos e entidades do poder público a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação.

Adicionalmente, o desenvolver do fazer científico nas duas primeiras décadas do século XXI envolve novos equilíbrios entre as relações entre o indivíduo, a ciência e a sociedade – esferas sacudidas e, ad utrumque paratus, atuar no insurgir de silenciamentos associados e impostos pelo mercado e pela política (neoliberal) de Estado.

Grosso modo, as reflexões ética em torno da obra de Paulo Reglus Neves Freire permite problematiza sentidos e expandir a formas de mediação cultural. Assim, se fortalece a luta para que o museu seja um lugar irrenunciável de reflexão e de oposições em uma época em que, apesar das polêmicas e das contestações, presente na postura de escuta e valorização de um modo comunitário de fazer e saber, em direção à alteridade.

## Referências

Araújo, C. A. Á. (2018). O que é Ciência da Informação. Belo Horizonte: KMA. Recuperado de <https://docero.com.br/doc/evcece1>.

Brasil. (2011). Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações [...] previsto na Constituição Federal [...] e dá outras providências. Diário Oficial [da] República

- Federativa do Brasil: DOU, Brasília. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm).
- Brasil. (1984). Lei no 7.287, de 18 de Dezembro de 1984. Dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Museólogo. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: DOU, Brasília, n, 21. Recuperado de <https://www.corem3.org.br/codigo-de-etica>.
- Brasil. (2021). Resolução COFEM Nº 063, de 28 de agosto de 2021. Aprova o Código de Ética do Profissional Museólogo e revoga o Código de 1992. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: DOU, seção 1, Brasília, n. 178, pp. 185-186. Recuperado de <https://www.corem3.org.br/codigo-de-etica>.
- Carlos, D. S. S. V; Silva, E. J. L. (2021). Alguns achados sobre Ética em Freire na obra “Educação como prática da liberdade”. Revista Diálogo Educacional, 22 (72). DOI: 10.7213/1981-416X.22.072.AO03. Recuperado de <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/28328>.
- Costa, L. F. (2018). O estatuto científico da Museologia e sua relação com o Turismo pelos estudos de público dos museus. Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR, Penedo, 8 (4), pp. 69-95. Recuperado de <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/5326>.
- Crippa, G. (2013). Museus e linguagem: uma análise semiótica das interações entre museus e cidades. Letras, Santa Maria, 46, pp. 133–152. DOI: 10.5902/2176148511729. Recuperado de <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11729>
- Deloche, B. (2013). Le musée virtuel. Paris : Presses Universitaires de France.
- Freire, P. (1978). Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1967). Educação como pratica da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Recuperado de <https://www.academia.edu/79367826/FREIRE>.
- Freire, P. (2018). Educação e mudança. 38. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 110p. Prefácio de Moacir Gadotti; Tradução Lilian Lopes Martin.
- Gadotti, M. (org.). (1996) A Voz do Biógrafo Brasileiro: a prática à altura do sonho. Gadotti, Moacir (org.). Paulo freire: uma biobibliografia. São Paulo: Cortez – Instituto Paulo Freire. Recuperado de <https://1library.org/document/y8gj0er2-acervo-paulofreire-documento-acervo-centro-refer%C3%Aancia-paulo-freire.html>.
- Gomes, N. R. (2021). A Ética de Paulo Freire aplicada ao jornalismo: uma análise da cobertura do caso ‘Bebé Deitado ao Lixo’ pelo Jornal Correio da Manhã. Comunicando: Universidade da Beira Interior, Covilhã, 10 (2), p. 207-226. Recuperado de <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/11530/1/Revista%20Comunicando%20Vol%2010%20N%202%20Julho-Dez%202021.pdf>.
- Gonçalves, J. R. S. (2005). Os Museus e a representação do brasil: os museus como espaços materiais de representação social. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília: Iphan, 31 (5), pp. 255-273. Recuperado de [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat31\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat31_m.pdf).

- ICOM (2009). Código de Ética do International Council of Museums para os Museus: versão lusófona. ICOM-BR, Florianópolis. Recuperado de [http://www.icom.org.br/?page\\_id=30](http://www.icom.org.br/?page_id=30).
- Kunsch, M. M. K. (2021). Resgatando o pensamento de Paulo Freire para os estudos e as práticas da comunicação. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, 20(38). Recuperado de <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/771>.
- Mello, J. C.; Luz, F. C. L.; Montijano, M. M. C. L.; Andrade, Â. M. F. (2015). A museologia na web: sistema de informação sobre patrimônio cultural na era digital. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, 20 (1), p. 171-188, mar. Recuperado de <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1296>.
- Miguel, M. C. (2021). Ciência da Informação e seus tentáculos: um interdisciplinar universo. *Revista Educação Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, nº 20, 1 de junho. Recuperado de <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/20/ciencia-da-informacao-e-seus-tentaculos-um-interdisciplinar-universo>
- Morin, E. (2007). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 12. ed. São Paulo, SP: Cortez.
- Oliveira, M. M. (2012). Profissionalização e expansão da museologia no Brasil. *Ciência e Cultura*, São Paulo, 64 (4), pp. 64-65. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.21800/S0009-67252012000400024>.
- Paula, V. C. (2020). 'Não estamos sós' : A ética na prática do Sistema. CFB/CRB por meio da representação social de bibliotecários fiscais. 2020. 305 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Gestão de Unidades de Informação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. Recuperado de <http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000089/000089af.pdf>.
- Polli, J. R. (2013). Paulo Freire, o educador da esperança. 2. Jundiaí: In House
- Rasche, F. (2005). Ética e deontologia : o papel das associações profissionais. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, Florianópolis, 10 (2), pp. 175-188. Recuperado de <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/76753>.
- Rodrigues, A. R. M. (2021). O propósito original do (e no) museu de arte. Dissertação (Mestrado em Museologia e museografia) – Faculdade de Belas Artes, Universidade de Lisboa, Lisboa. Recuperado de <http://hdl.handle.net/10451/50045>.
- Santos, R. F., Jr. (2019). Por uma "museologia da libertação": impactos do pensamento de Hugues de Varine no campo museal brasileiro. Dissertação (Mestrado em Museologia e museografia) – Programa de Pós-graduação em Museologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Recuperado de <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/30789>.
- Scheiner, T. C. (2012). Repensando o museu integral: do conceito às práticas. *Boletim Do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Ciências Humanas*, Belém, 7 (1). Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1981-81222012000100003>.

- Silva, A. C. B. M.; Garcia, J. C. R.; Silva, D. V.; Araujo, C. S (2021). Responsabilidade Social do museólogo. *Informação & Informação*, Londrina, 26 (2), pp. 287-305. Recuperado de <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/161873>.
- Silva, E. P.; Orrico, E. G. D. (2015). O projeto da Associação dos Arquivistas Brasileiros para o campo arquivístico. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, 20 (3), pp. 85-100. Recuperado de <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33270>.
- Silva, M. F. A. P.; Freire, G. H. A. (2013). A. Socialização da informação: possíveis contribuições de Paulo Freire à Ciência da Informação. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, 8 (2). Recuperado de <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/25020>.
- Stránský, Z. Z. (2005). *Archeologie a muzeologie*. Brno: Masarykova Univerzita.
- Vanni, M. (2018). *Il museo diventa impresa: il marketing museale per il break even di un luogo da vivere quotidianamente*. Bologna: Celid. Recuperado de <http://digital.casalini.it/9788867891030>.
- Varine, H. (2015). Fascínio do Património e dos Museus: Entrevista com Hugues de Varine. [Entrevista cedida a] Ana Carvalho. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 49 (5). Recuperado de <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/5203>.